

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO, TRANSPORTES,
OBRAS, URBANISMO, AGRICULTURA, PESCA E FISCALIZAÇÃO.


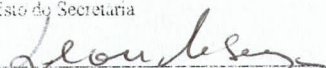

16ª LEGISLATURA

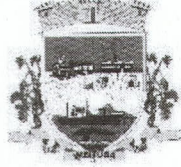
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROJETO DE LEI 5.483/2022 QUE DISPÕE
SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2023 – LDO 2023.

REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2022.

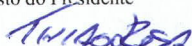


Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e trinta minutos, iniciou-se a Audiência Pública com finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 5.483/2022 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências. O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, Vereador Elísio Sgrott, abriu a Audiência Pública cumprimentando a todos os presentes e informou que a audiência visa colher subsídios junto à sociedade civil sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, em trâmite no Poder Legislativo. Na sequência, passou à condução dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Thiago Rosa. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, cumprimentou a todos e após explicou que a audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo Portal da Câmara de Imbituba, através do Portal da Câmara no endereço www.imbituba.sc.leg.br, e pelos Canais da Câmara de Imbituba no Youtube e Facebook. Na sequência, o Presidente da Comissão de Finanças registrou a participação na Audiência do Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba, Vereador Elísio Sgrott que realizou a abertura da audiência; do Vereador Leonir de Sousa, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e representando o Executivo Municipal, registrou a presença da Secretária Municipal da Fazenda, Senhora Adriane Martins Luiz; e do Contador da Prefeitura Municipal de Imbituba, Senhor George Willian dos Santos. Após, o Presidente registrou as presenças dos Vereadores Valdir Rodrigues e justificou as ausências dos Vereadores Eduardo Faustina da Rosa, Michel Nunes e Humberto Carlos dos Santos que no momento estavam em reunião da Comissão de Constituição e Justiça dos quais são membros. Na sequência, passou a palavra ao Secretário *ad hoc* da Audiência Pública, Vereador Leonir de Sousa que procedeu à leitura da Exposição temática e dos procedimentos da Audiência Pública. Após os devidos esclarecimentos sobre os procedimentos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento convidou a Secretária Municipal da Fazenda, Senhora Adriane Martins Luiz, para realizar a apresentação do Projeto de Lei 5.483/2022 que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2022, e dá outras providências”. A Secretária Municipal da Fazenda cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a oportunidade de o Executivo participar da Audiência Pública promovida pela Câmara, apresentando as diretrizes orçamentárias do município para 2023. Na sequência, a Secretária solicitou ao Contador da Prefeitura, Sr.

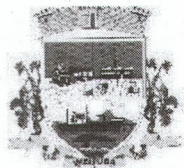
Visão do Presidente 	Visão do Secretária 	Fls.: 1	Responsável: 
--	---	------------	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

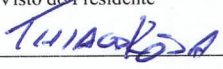
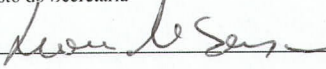

George William dos Santos, que fizesse a apresentação do material que trata do projeto de lei em questão, ou seja da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023. Em suas explicações, o Contador da Prefeitura, Sr. George William dos Santos registrou o orçamento das seguintes dotações: Gabinete do Prefeito com R\$ 2.480.000,00; Secretaria de Administração com R\$ 11.286.301,93; Secretaria da Fazenda com R\$ 7.325.000,00; Secretaria de Educação, Cultura e Esporte com R\$ 79.875.500,00 (incluindo recursos ordinários e vinculados); Secretaria de Infraestrutura e Saneamento com R\$ 52.630.000,00; Encargos Gerais do Município (incluindo Dívida Consolidada – Parcelamento) com R\$ 10.700.000,00; Reserva de Contingência com R\$ 50.000,00; Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento Urbano – SEGPLAN com R\$ 2.810.000,00; Secretaria de Mobilidade, Fiscalização e Controle Urbano - SEFIC com R\$ 3.180.000,00; Procuradoria Geral com R\$ 8.330.000,00 (incluindo os encargos com a execução de sentenças judiciais); Secretaria de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca com R\$ 3.387,500,00; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico - SEDETUR com R\$ 8.010.000,00; Secretaria de Meio Ambiente com R\$ 1.665.000,00; Controle Interno com R\$ 717.500,00; FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - IMBITUBA com R\$ 100.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE IMBITUBA com R\$ 10.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA com R\$ 6.882.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA com R\$ 82.081.310,07 (incluindo manutenção da UTI); CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA com R\$ 12.267.500,00; FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA com R\$ 8.500.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA com R\$ 3.020.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA com R\$ 7.340.000,00; FUNDO MUN. PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA com R\$ 10.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA com R\$ 1.120.000,00; FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE IMBITUBA – FMC com R\$ 20.000,00; FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA – FMPG com R\$ 60.000,00; FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO com R\$ 30.000,00; SAMAE DE IMBITUBA com R\$ 22.800.000,00; Assim, a Receita totalizada (prevista) de R\$ 336.687.612,00, dos quais R\$ 200.791.612,00 são de Recursos Ordinários e R\$ 135.687.612,00 são de Recursos Vinculados. Em continuidade, o Contador George William dos Santos apresentou um resumo das Receitas correntes que incluem as Receitas de Impostos, taxas e contribuições de Melhorias, outras contribuições como a COSIP, além das receitas patrimoniais (aluguel de imóveis do município a terceiros e a de rendimentos de aplicações financeiras); as Receitas de Serviços, com destaque para a receita da água; as Transferências correntes realizadas pelo Governo Federal e Estadual e outras receitas correntes, deduzidas as receitas correntes decorrentes das renúncias de receitas e para formação do FUNDEB, perfazendo um total de Receitas Correntes na ordem de R\$ 292.280.112,00. Já quanto as receitas de capital que incluem as operações de crédito e as transferências de capital essa foi prevista na LDO em R\$ 44.407.500,00, totalizando R\$ 336.687.612,00 em receitas. O contador explicou que as receitas de capital somente podem ser usadas para o pagamento de despesas com capital. Na sequência, foi apresentado o quadro de Despesas Correntes que correspondem a um total de R\$ 259.246.783,00 (incluindo nestas, as despesas com Pessoal em

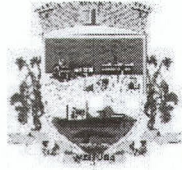
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 2	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

encargos, Juros e encargos da dívida e outras despesas correntes). Já a Despesa com Capital que incluem os investimentos que incluem obras de infraestrutura, aquisição de veículos e equipamentos e mobiliários, a amortização da dívida (dívidas contraídas com bancos, os quais os recursos foram utilizados especificamente para investimentos) e a reserva de contingência, essa foi fixada em R\$ 77.390.829,00. Dando continuidade à Audiência Pública, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Thiago Rosa, registrou a presença dos Vereadores Valdir Rodrigue e Michell Nunes na audiência e após, abriu espaço para que os Vereadores se manifestem sobre o Tema. Primeiramente, foi concedida a palavra ao **Vereador Valdir Rodrigues** que solicitou informações sobre a receita estimada para Secretaria Social e pontuou problemas relacionados à iluminação pública que, segundo o Vereador, encontra-se bastante precária e questionou para onde estão sendo direcionados os valores arrecadados com a COSIP. Falou que não vê ações acontecendo para fomentar o turismo e que no trânsito, o município aplica inúmeras multas, mas não vê o Executivo fazendo um trabalho nas escolas voltada a ter melhores motoristas. Com a palavra, o Contador explicou que no orçamento existem três secretarias que dispõe sobre boa parte do orçamento por conta da sua própria demanda, que são as Secretaria de Educação, Saúde e Infraestrutura. As demais secretarias têm orçamentos um pouco menores. No entanto, explicou o contador, que algumas secretarias têm o apoio de outras e citou o exemplo de algumas ações sociais que são feitas pela Secretaria de Saúde, não só pela Assistência social. Da mesma, disse que algumas ações do esporte são desenvolvidas com recursos do turismo, assim conclui que Secretarias com orçamento maior dão apoio às outras. Falou que o orçamento da Assistência Social é voltado mais para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao questionamento do Vereador Valdir sobre as receitas provenientes da COSIP, o contador respondeu que estas têm que ser obrigatoriamente utilizadas em despesas com iluminação pública. Falou que o orçamento para 2023 foi realizado de forma mais otimista o que não ocorreu nos anos anteriores por causa da pandemia. Falou que em 2020 houve queda da arrecadação, porém em 2021 já houve uma pequena reação, que se consolidou em 2022. Ressaltou que, devido à pandemia, ações previstas para o turismo não puderam ser realizadas, assim como na área da educação, mas que agora devem retornar com a normalização das ações. Em relação às multas de trânsito aplicados no município, informou que 70% das receitas vão compor o Fundo Municipal de Trânsito, onde são destinadas ações para o trânsito, incluindo sinalização, Os outros 15% são destinados à Polícia militar e os outros 15% destinados à polícia militar, todas em ações aplicadas ao trânsito. Dando continuidade à audiência pública, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra ao Vereador Elísio Sgrott. Com a palavra, o **Vereador Elísio Sgrott** cumprimentou a todos os presentes. Declarou que o Executivo Municipal, em audiência pública própria, apresentou a proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias aos Vereadores, porém com a entrada do projeto na Câmara, dentro do processo legislativo, a Câmara também realiza sua audiência pública. Após, destacou que o orçamento do município, em 2022, devido à pandemia foi estimado em aproximadamente duzentos e doze milhões. Porém, em virtude da recuperação econômica apresentada pelo município no período pós pandemia, com geração de empregos e as metas fiscais sendo atingidas, conforme demonstrado nas apresentações trimestrais realizadas pelo Executivo Municipal junto à Comissão de Finanças e

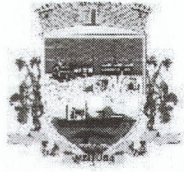
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 3	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA




Orçamento, o Executivo Municipal elaborou o orçamento com uma visão otimista, ou seja, para este ano o orçamento foi orçado em trezentos e trinta e seis milhões, dos quais duzentos milhões são recursos de receitas próprias/ordinárias e cento e trinta e cinco milhões provenientes de transferências da união e estado. Solicitou que a Comissão de Finanças e Orçamento, com o suporte do Executivo, realize a alteração no orçamento com a transferência do Centro Bem-Estar Animal que no projeto está vinculado à Secretária de Agricultura e Pesca, transferindo o programa para a Secretaria Municipal de Saúde, devido às questões sanitárias. Após, falou sobre o compromisso assumido pelo Chefe do Poder Executivo em dar continuidade às ações do turismo, incluindo o turismo religioso. Citou a importância de pavimentar a via que dá acesso ao Morro da Antena, tendo em vista que muitos frequentam o local, pois lá é um mirante espetacular do município, bem como para facilitar o acesso às antenas e para desenvolver o turismo religioso. Disse que teve o privilégio de conhecer o Santuário do perpétuo socorro antes de ter seu acesso pavimentado, bem como o santuário de Madre Paulina em Nova Trento, antes dos investimentos em infraestrutura, e que foi possível observar a repercussão econômica do município de Nova Trento. Por fim, finalizou o seu pronunciamento destacando a importância da pavimentação com drenagem desta via para o desenvolvimento turístico do município de Imbituba e declarou que irá apresentar uma emenda para incluir esta ação na lista de projetos prioritários da LDO, visando também à continuidade do Santuário Santa Paulina. Na sequência, foi concedida a palavra ao **Vereador Michell Nunes** que iniciou a sua fala, justificando o seu atraso na Audiência Pública em virtude de estar participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Após questionou a possibilidade de aumentar o recurso voltado à castração de animais, através de Emenda, sendo esta uma ação importante para a saúde pública do município. Ainda questionou a possibilidade de redirecionar parte do valor da dotação referente à Manutenção do Gabinete do Prefeito para complementar o valor previsto para o Centro de Bem-Estar animal. Com a palavra, o contador explicou que não pode indicar de onde remanejar valores dentro do orçamento, mas que existem restrições quanto a retirar recursos destinados à folha com pessoal, precatórios e serviços da dívida. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento questionou à Secretaria sobre a disponibilidade de recursos para o Grupo de mães. Com a palavra, a Secretária Adriane Martins Luiz informou que o recurso previsto no projeto em discussão, refere-se ao orçamento para 2023 e que para este ano, o Executivo Municipal está realizando licitação para a aquisição de matérias a serem destinados ao Grupo de mães. Não havendo mais oradores entre os Vereadores, o Presidente passou a fase de audiência do público. Primeiramente, foi lida pelo secretário da Audiência, Vereador Leonir de Sousa, a leitura da contribuição da **munícipe Regina Monici Saraiva**, a qual pleiteia aumento dos recursos do Centro de Bem-estar animal, a fim de dar conta da demanda de castrações, principalmente de famílias de baixa-renda, além de políticas de assistência veterinária. Colaboração 02: **Munícipe Fabiana de Ávila Coelho**, que reivindica maior recurso para o Centro de Bem-Estar animal, a fim de realizar maior número de castrações. Encerrada a fase de colaborações do público, passou-se à fase em que os cidadãos se manifestam verbalmente. Foi concedida a palavra a primeira expositora, **munícipe Gabriela Cirilo Roldão**, professora do programa Comunidade Ativa, onde reivindica dotação específica para o Programa que oferece ginástica coletiva para pessoas com mais de cinquenta anos,

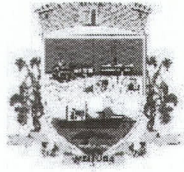
Visto do Presidente <i>T. B. de A.</i>	Visto da Secretária <i>Leonir de Sousa</i>	Fls.: 4	Responsável <i>SB</i>
---	---	------------	--------------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA




objetivando a melhora da manutenção das habilidades de força, flexibilidade e mobilidade, e tirando as pessoas do ócio, do estresse e solidão. Finalizou explicando que dentro do programa, desenvolvem uma série de outras ações voltadas à saúde dos usuários do programa, como passeios, trilhas, caminhadas, festas juninas, todas ações que demandam gastos e que não tem dotação específica para implementá-las, além da disponibilização dos serviços de psicólogo e nutricionista para atender ao público atendido pelo projeto. Ainda, falou sobre a necessidade de o município contratar novos professores para atender à demanda. Em resposta, a Secretária da Fazenda, Adriane Martins Luiz, declarou que foi procurada pelo Vereador Thiago para tratar deste assunto. Disse que sabe do quão maravilhoso é o projeto e disse que vai levar a demanda para o Prefeito. Com a palavra, o contador George Willian dos Santos esclareceu que devem criar uma ação específica dentro da diretoria de esportes vinculada à Secretaria Municipal de Educação, porém para isso precisam definir valores, mas que o Projeto da Lei Orçamentária para o ano de 2023, já deve vir com a previsão de recursos específicos para esta ação. Expositora **Cristine Machado**: Reivindicou aumento de recursos para o Centro de Bem-estar animal, onde argumentou que R\$ 145.000,00 para uma situação bem delicada como é a causa animal não são suficientes e ainda falou da necessidade de alterar a secretaria onde está vinculado o centro do bem-estar animal. Questionou qual a diferença entre o Fundo Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Meio-ambiente, indagando também sobre a diferença nos orçamentos destas. Questionou também o apoio da SEDETUR ao evento virada mágica, o qual considerou ser absurdo este apoio por tratar-se de uma festa privada que não envolve a participação da comunidade. Por fim, falou sobre o orçamento da SEFIC e a necessidade de ampliar os serviços de fiscalização, visando resolver, em especial, o problema das construções irregulares. Com a palavra, o Contador declarou que alguns fundos municipais são criados por obrigação legal, como é o caso do Fundo Municipal de Saúde, onde todos os recursos da saúde estão compreendidos neste fundo. Esclareceu que todos os fundos municipais são criados por leis municipais e que servem para receber recursos dos fundos estaduais e federais, já que essas transferências se dão fundo a fundo. Ainda ressaltou que alguns fundos, por força da lei, precisam ser geridos por conselho municipais. Já os recursos das secretarias são geridos pelos próprios secretários. Em relação ao montante previsto para o Fundo Municipal do meio-ambiente, declarou que neste valor está inserido o projeto de revitalização da Lagoa da Bomba, o qual tem previsão orçamentária de sete milhões, trezentos e quarenta mil reais. Em relação ao Centro de bem-Estar animal, embora ele esteja inserido na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, falou que parte das ações estão sendo contempladas pela Secretaria municipal de saúde, na vigilância, como é o controle de zoonoses, com a compra de medicamentos para castração. Em relação ao questionamento sobre o calendário de Eventos da Secretaria Municipal de Turismo, em especial sobre o apoio à virada mágica, a Secretaria Municipal da Fazenda, Adriane Martins Luiz, declarou que os recursos do Calendário de eventos são destinados apenas para eventos oficiais do município, sendo vedado o repasse de recursos municipais para eventos particulares. Com a palavra, o contador George Willian dos Santos falou que deve ter havido um erro de digitação que será corrigido e que qualquer cidadão pode entrar no portal de transparência, a fim de constatar que não existe qualquer recurso repassado para a realização do evento Virada Mágica. Expositora: **Glaucia Maindra da Silva** que reivindicou a

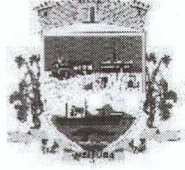
Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 5	Responsável 
--	---	------------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

construção da uma sede própria para a biblioteca pública municipal e solicitou o apoio da casa legislativa para esta ação. Falou que, praticamente todo o recurso para a biblioteca está sendo utilizado para o pagamento do aluguel da biblioteca, não sobrando recursos para aquisição de acervo, por exemplo. Em resposta à servidora pública Glaúcia, o Contador explicou que ao elaborar o orçamento, os técnicos utilizam como base a execução orçamentária do exercício e projetam um valor para o exercício seguinte, levando em consideração a inflação, o aumento do PIB estadual, crescimento de receitas, entre outros. Algumas outras ações ou valores mais amplos são definidas pelos projetos de Gabinete. Com a palavra, o Presidente da Câmara, Vereador Elísio Sgrott, manifestou-se no sentido de os Vereadores tentarem sensibilizar o vice-Prefeito e Prefeito para a demanda reivindicada pela Servidora Glaucia, colocando o projeto da biblioteca entre aqueles a serem licitados. Falou também que o município possui várias áreas públicas onde pode ser construída a biblioteca e citou o exemplo da própria área da cerâmica onde será realizado um loteamento, entre outras opções. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Thiago Rosa, ressaltou que a área da Cerâmica será loteada e assim deve ser destinada uma área para o município, o qual pode utilizar receber a biblioteca pública. Dando continuidade à reunião, o Presidente concedeu a palavra a última expositora. **Expositora: Mariane da Silva Coelho**, Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Imbituba que falou que o Conselho recebe solicitações para tombamentos de bens patrimoniais/materiais, porém a Cultura não tem recurso para a manutenção dos bens tombados e questionou como devem proceder a respeito destas demandas. Falou que, atualmente, a Cultura tem duas solicitações de tombamento: a Capelinha do Porto e a Igreja de Vila Nova, bem culturais importantes. Destacou que também não há recurso para a manutenção dos museus que estão todos desativados e questionou como lidar com essas demandas, sem orçamento. Em resposta, o contador explicou que o orçamento para os museus está na SEDETUR – Manutenção de obras de infraestruturas turísticas. Na sequência, declarou que os projetos a serem contemplados vai depender do Secretário da pasta e do prefeito e citou o exemplo da reforma do Museu da Baleia que está em andamento. Falou que estas ações de reformas de museus dependem de convênios. Encerrada a Fase de Audiência do Pública, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Thiago Rosa, passou para a fase de considerações finais dos Vereadores. Com a palavra, o Vereador Michell Nunes, ressaltou a importância dos vários segmentos participarem da Audiência Pública, para que se entenda as suas demandas. Destacou a necessidade de se ter um olhar mais criterioso para algumas demandas, como o caso da Comunidade Ativa, a fim de aperfeiçoar o belo trabalho já realizado pelo projeto, bem como a importância de se preservar a história para que ela seja conhecida pelas próximas gerações. Citou o exemplo do conhecido Caminho do Rei, onde muitos não sabem a origem do nome que se deu pela passagem de Dom Pedro I pelo município. Por fim, falou que observando o orçamento dá para remanejar alguns recursos para estes projetos e destacou a importância da população nas audiências públicas. Com a palavra, o Vereador Valdir Rodrigues, declarou sua indignação ao ver o apoio à Virada Mágica estar previsto no orçamento da SEDETUR, enquanto duas demandas das quais tem lutado não foram inseridas no orçamento, como o Portal Turístico nos acessos de Nova Brasília e Vila Nova. Finalizando a Audiência Pública, foi passada a palavra aos representantes do Executivo Municipal. Com a palavra, o contador George William dos


Visto do Presidente 	Visto do Secretária 	Fls.: 6	Responsável 
--	---	------------	--



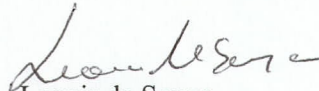
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

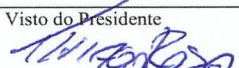
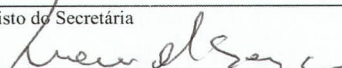

Santos, ressaltou que a Secretaria da Fazenda ao elaborar o projeto orçamentário segue as regras técnicas do Tribunal de Contas, da Secretaria de Tesouro Nacional, a lei 4.320 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Falou que pode acontecer de alguma despesa ser iniciada de forma irregular, às vezes por falta de conhecimento ou desconhecimento das regras do serviço público. Porém esta despesa, segundo o contador, vai passar por todos os filtros e se for considerada irregular será descartada. Falou que a Secretaria da Fazenda e os órgãos reguladores estão vigilantes o tempo inteiro para que nenhuma despesa irregular aconteça. Com a palavra, a Secretária da Fazenda mais uma vez ressaltou o zelo que sua secretaria tem com o dinheiro público e garantiu que jamais, enquanto esteve à frente da pasta, foi realizada alguma despesa referente à virada mágica. Falou que também levará a conhecimento do prefeito das demandas apresentadas na audiência pública. Por fim, agradeceu à Câmara pela oportunidade. Como o retorno da palavra, o Vereador Thiago Rosa, falou que, conforme já conversado como Executivo Municipal, o Projeto Comunidade Ativa deverá estar contemplado no projeto da Lei Orçamentária Anual. Após agradeceu à Secretária Adriane Luiz, ao Contador George William dos Santos, pela participação na Audiência. Por fim, declarou encerrada a Audiência Pública, agradecendo a presença de todos e informou que os registros da audiência estarão disponíveis no site da Câmara Municipal de Vereadores.

Imbituba, 08 de setembro de 2022.


Thiago Rosa

**Presidente da Comissão de Finanças e
Orçamento**


Leonir de Sousa
Secretária ad hoc

Visto do Presidente 	Visto da Secretária 	Fls.: 7	Responsável 
--	---	---------	--